

Informe

informe@ofluminense.com.br

Maia rebate críticas do general Heleno

Luis Macedo/Agência Câmara



Presidente da Câmara, Maia deu declarações sobre a fala do ministro

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), rebateu duramente a fala do ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, que afirmou que o governo não deveria ceder "às chantagens" do Congresso em relação à derrubada dos vetos do presidente Jair Bolsonaro ao orçamento impositivo.

Ao chegar à Câmara, Maia disse que o ministro se transformou num radical ideológico e com posições contra democracia e contra o Parlamento.

Sem ataque na votação de aumento

"Não vi por parte dele, nenhum tipo de ataque ao Parlamento quando a gente estava votando o aumento de salário dele, como militar na reserva. Quero saber se ele acha se o Parlamento foi chantageado para votar o projeto de lei das Forças Armadas", criticou o presidente. Maia referiu-se ao Projeto de Lei 1645/19, aprovado pelo Congresso no ano passado e já sancionado por Bolsonaro.

Alcolumbre também rebate

Marcos Brandão/Ag. Senado



Presidente do Senado, Alcolumbre defendeu posição do Parlamento

Também o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por meio de nota no final da manhã desta quarta-feira (19), respondeu à declaração do ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno. Alcolumbre afirmou que "nenhum ataque à democracia será tolerado pelo Parlamento".

"O momento, mais do que nunca, é de defesa da democracia, independência e harmonia dos Poderes para trabalhar pelo país. O Congresso Nacional seguirá cumprindo com as suas obrigações", rebateu.

Ultrassonografia obrigatória no SUS Exames devem ser gratuitos

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (19), o Projeto de Lei 7354/17, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a realizar o exame de ultrassonografia mamária como forma de prevenção de câncer de mama. O texto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A regra vale para as mulheres jovens com elevado risco de câncer de mama; que não possam ser expostas à radiação; que tenham entre 40 a 49 anos de idade; ou que tenham alta densidade mamária. Os exames deverão ser gratuitos, nas unidades públicas ou por meio de hospitais e clínicas conveniadas.

Contrato verde e amarelo para maior de 55

O relator da medida provisória do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP 905/19), deputado Christino Auro (PP-RJ), propôs nesta quarta-feira (19) que a nova modalidade de contratação, originalmente focada em jovens de 18 a 29 anos, valha também para pessoas com mais de 55 anos, desde que estejam sem vínculo formal de trabalho há mais de 12 meses. A sugestão consta do relatório entregue por Auro à comissão mista que analisa a proposta. O colegiado voltará a se reunir após o prazo de vista coletiva, para discussão e votação da matéria, no dia 3 de março. O contrato Verde e Amarelo prevê incentivos tributários a empregadores que criarem novos postos de trabalho para atender à faixa etária definida no texto. Esses contratos poderão ter duração de até 2 anos e remuneração máxima de 1,5 salário mínimo (R\$ 1.567,50).

Com Agências Brasil, Câmara e Senado

FGTS vai reduzir descontos no financiamento da casa própria

Decisão foi tomada pelo Conselho Curador do Fundo durante reunião para revisar o orçamento

Os descontos concedidos a pessoas físicas nos financiamentos à casa própria, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), vão cair a partir do próximo ano. A decisão foi tomada pelo Conselho Curador do FGTS, que reuniu-se nesta quarta-feira (19), em Brasília, para revisar o orçamento do fundo.

Os subsídios foram definidos em R\$ 9 bilhões para este ano, R\$ 8,5 bilhões, em 2021, R\$ 8 bilhões, em 2022, e R\$ 7,5 bilhões, em 2023. O presidente do Conselho Curador do FGTS, Júlio César Costa Pinto, afirmou que a ideia é reduzir os descontos em uma "transição suave".

Costa Pinto afirmou que já há uma discussão sobre a possibilidade de redução das taxas de juros dos empréstimos "de forma que no final não tenha mudanças em termos de custos para o consumidor". A redução de juros depende de normativos do Conselho Curador. O presidente do conselho ponderou que, além de incentivar a habitação popular, é preciso priorizar também a remuneração paga aos trabalhadores. "Temos que pensar em reembolsos o cotista e também em habitação", disse



Divulgação/Fernando Frazão/Agência Brasil

Os subsídios foram definidos em R\$ 9 bi este ano; R\$ 8,5 bi, em 2021; R\$ 8 bi, em 2022; e R\$ 7,5 bi, em 2023

Orçamento - O Conselho aprovou o orçamento para 2020, com o total de R\$ 77,9 bilhões. Segundo Costa Pinto, houve uma "adequação de receitas e despesas". Na revisão do Orçamento que já tinha sido aprovado em dezembro, houve aumento no orçamento para habitação popular de R\$ 62 bilhões para R\$ 62,5 bilhões. O orçamento para saneamento

básico foi mantido em R\$ 4 bilhões, para infraestrutura urbana, segue em R\$ 5 bilhões e para o FGTS-Saúde, que financia entidades hospitalares filantrópicas, permaneceu em R\$ 3,4 bilhões.

Taxa de administração - O conselho também aprovou o valor nominal que será pago à Caixa Econômica Federal por

administrar o FGTS. Esse valor ficou em R\$ 2,643 bilhões, dividido em 12 parcelas, neste ano.

A medida provisória que liberou os saques do FGTS reduziu a taxa de administração 1% e 0,5%. A MP foi aprovada pelo Congresso Nacional e convertida em lei no final do ano passado. O conselho converteu o percentual em valor nominal. ■

Postos do INSS Digital vão agilizar atendimentos

Unidades funcionarão em sedes do Sindinapi e visam facilitar o acesso

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, Estadual RJ (Sindinapi), em parceria com o INSS, inaugura postos avançados do INSS Digital em sedes de sindicatos em todo o Estado do Rio. Ao todo serão 12, até abril. Em Niterói, a unidade será inaugurada nesta quinta-feira (20).

Para o presidente estadual-coordenador geral do Sindinapi no Rio, Rafael Zibelli Neto, "o objetivo da parceria é facilitar e agilizar a vida dos associados e da população em geral. A intenção é receber todos que precisarem de ajuda nessa área. O atendimento no posto será gratuito, por ordem de chegada, sem necessidade de agendamento e realizado por um agente credenciado pelo INSS. O nosso atendimento será diferenciado, pois teremos uma assessoria jurídica, na área previdenciária, para dar todo suporte necessário. E além



Divulgação

Sindinapi fez treinamento com funcionários para o atendimento no INSS Digital

disso, estamos disponibilizando um 0800 357 7777 para tirar dúvidas da população".

Para Alessandro Santos, assessor jurídico do Sindinapi, "a finalidade da parceria é oferecer ao trabalhador acompanhamento das ações, em cada

posto haverá um advogado especialista da área previdenciária para acompanhar os atendimentos, checar os prazos das análises dos benefícios, já que esses não podem ultrapassar 45 dias e isso será cobrado do INSS".

Em Niterói, inauguração será nesta quinta. Atendimento é gratuito

Crise - O INSS enfrenta uma crise causada pela combinação da redução de pessoal, devido à aposentadoria de servidores sem reposição por meio de novos concursos, e ao crescimento da quantidade de pedidos de benefícios nos meses que antecederam a reforma da Previdência. Atualmente, cerca de 1,3 milhão de segurados esperam pela análise de requerimentos por período superior ao prazo legal de 45 dias. Ao todo, a fila tem cerca de 2 milhões de pessoas à espera de um benefício". ■

PEC dos Fundos: votação fica para depois do carnaval

Proposta do governo extingue 248 fundos e libera R\$ 219 bi da União

Um pedido de vista do senador Rogério Carvalho (PT-SE), para analisar a matéria, adiou para depois do carnaval a votação da Proposta de Emenda à Constituição 187/2019 (PEC dos Fundos), que extingue fundos públicos, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O texto será votado no dia 4 de março.

A proposta do governo extingue 248 fundos e liberará R\$ 219 bilhões em recursos da União. O atraso no calendário inicial, pensado pela presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS), ocorreu depois que o relator da proposta,

senador Otto Alencar (PSD-BA), propôs a retirada de um parágrafo de seu relatório sobre as datas da desvinculação.

A PEC dos Fundos, junto com a PEC Emergencial e a PEC do Pacto Federativo, faz parte do Plano Mais Brasil, pacote de medidas fiscais do governo apresentado no final do ano passado. O adiamento da votação da primeira PEC terá efeito direto na discussão da emargencial, que terá uma semana a menos de discussão prevista inicialmente.

"Diante da impossibilidade do acordo, eu concedo vista coletiva. Estaremos votando [a

PEC dos Fundos] na primeira semana de março. Quero lamentar então que teremos um mês mais curto em debates da PEC Emergencial", anunciou a presidente da CCJ.

Segundo Tebet, o calendário previsto será cumprido rigorosamente e a leitura do relatório da PEC Emergencial será realizada no dia 11 de março. Também estará em discussão a proposta do Plano Mais Brasil, que consiste em três propostas de emenda à Constituição, que mexem com vários itens de receitas e despesas do governo federal e dos estados e municípios. ■

IR: aposentado já pode tirar extrato

Aposentados e pensionistas do INSS já podem acessar o extrato para Imposto de Renda 2019. O demonstrativo está disponível no Portal Meu INSS, com login e senha. Caso seja o primeiro acesso, é necessário fornecer os dados solicitados na área de login e fazer o cadastro, criando uma senha com, no mínimo, com nove caracteres, pelo menos uma letra maiúscula e um número. Ao acessar o sistema com a senha, basta escolher a opção Extrato para Imposto de Renda. É possível ainda retirar o extrato nas agências do INSS, com agendamento prévio. ■